

RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

ESTADO DE MATO GROSSO - PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	181.392.599,25	0,00
Pessoal Ativo	166.396.208,43	
Pessoal Inativo e Pensionistas FAP	14.996.390,82	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	23.515.652,54	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.277.607,97	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	7.543.650,71	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados FAP	915.545,88	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados - Contribuição Patronal e Servidores ISSSPL	12.778.847,98	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	157.876.946,71	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	157.876.946,71	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)*	10.927.731.310,28	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,44	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,77 %	193.420.844,19	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,68 %	183.585.886,01	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,59 %	173.750.927,83	

FONTE: Sistema Betha Sapo; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - ALMT, FAP E ISSSPL; 28/01/2015; 09h e 54m.

* Receita Corrente Líquida fornecida pela SEFAZ-MT.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Dep. MAURO SAVI
1º Secretário

Dep. JOSÉ RIVA
Presidente

JOEL EVANGELISTA DOS SANTOS
Secretário de Planej. Orçamento e Finanças

NELSON DIVINO DA SILVA
Ger. Div. Contabilidade - Contador CRC/MT 005502/0-8

CELSON EMILIO C. BARINI
Superintendente de Gestão
Secretaria de Controle Interno

CLESSO BARROS DE ARRUDA
Sup. De Fisc. Financeira, Contábil e Orçamentária
Secretaria de Controle Interno

www.al.mt.gov.br